

(JUNTA INTERVENTORA)

PORTARIA COREN/MA N.º 054 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

O Presidente da Junta Interventora do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão - Coren/MA, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei n.º 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno da Autarquia.

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do art. 8º, incisos II e IV, da Lei n.º 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos do art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen n.º 421, de 15 de fevereiro de 2012, compete ao Conselho Federal de Enfermagem acompanhar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, zelando pela sua manutenção, uniformidade de procedimentos, regularidade administrativa e financeira, adotando, quando necessário, providências convenientes a bem de sua eficiência, inclusive com a designação de Plenários provisórios;

CONSIDERANDO os termos da Decisão Cofen n.º 022/2019, que decretou a intervenção no Coren-MA, com duração de cento e oitenta (180) dias, contados de sua efetivação, podendo ser prorrogada por meio de decisão fundamentada do Cofen, e afastou cautelarmente a Diretoria do Coren-MA, bem como os demais Conselheiros Efetivos e Suplentes, pelo período que durar a intervenção de que trata esta decisão;

CONSIDERANDO deliberação da presidência;

CONSIDERANDO o disposto no artigo VII do Regimento Interno da autarquia, o qual prever a designação de relatores de processos a serem julgados pelo Plenário ou pela Diretoria, inclusive os relativos à prestação de contas do COREN-MA

CONSIDERANDO o autos do PAD 005/2020;

RESOLVE:


Art. 1º – Designar, na qualidade de relatora, a Conselheira Regional Dra. Antonia Cristiane Souza Pereira Padilha, COREN-MA n.º 73.519-ENF para emitir **Parecer** referente aos fatos contidos no Memorando n.º 0287/2019-Procuradoria Jurídica do Coren-MA.

Art. 2º A relatora terá o prazo de **20 dias** a contar do recebimento desta portaria, para conclusão do referido parecer.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Dê ciência e cumpra-se.

São Luís, 04 de fevereiro de 2020.



Wilton José Patrício
COREN-ES N.º 68.684
Presidente da Junta